



## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

[www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

1 **ATA DA 431ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO**  
2 **MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA VINTE E UM DE OUTUBRO DE**  
3 **DOIS MIL E CATORZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e catorze, as dezesseis horas e trinta minutos, no Auditório  
5 da Fundação Municipal de Desportos de Blumenau, realizou-se a quadringentésima trigésima primeira  
6 Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), presidida  
7 pelo prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos e secretariada por mim, Michele Prada.  
8 Estiveram presentes prefeitos, técnicos da AMMVI e demais convidados, conforme registro de presença.  
9 Declarando aberta a assembleia, o presidente da AMMVI e prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos  
10 Santos, agradeceu a presença de todos e, constatando quórum estatutário, deu início aos trabalhos.  
11 Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação  
12 da ata da assembleia anterior; 2 - Saneamento básico; 3 - Movimento econômico; 4 - Lei de Acesso à  
13 Informação e Lei da Transparência; 5 - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público 2015; 6 - Projeto  
14 Saúde Pública de Excelência; 7 - Assuntos gerais. Dando início à assembleia, o presidente apresentou o  
15 item um, confirmou o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos que foi encaminhada para votação e,  
16 não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Após, o presidente  
17 progrediu para o segundo item em pauta, passando a palavra à assessora de Saneamento e Meio Ambiente  
18 da AMMVI, senhorita Fabiana de Carvalho Rosa, que explanou sobre os orçamentos recebidos para o  
19 ingresso do município de Brusque na elaboração do Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos, uma vez  
20 que na Assembleia Geral Ordinária anterior, diante a solicitação da Prefeitura de Brusque, os prefeitos  
21 deliberaram pelo recebimento de propostas para analisar a disponibilidade de a AMMVI dar suporte  
22 financeiro ao processo, já que não foi possível o ingresso de Brusque no Consórcio Intermunicipal do  
23 Médio Vale do Itajaí (Cimvi). Este está promovendo a elaboração do Plano para doze municípios, no  
24 valor aproximado de R\$ 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais) com o financiamento de  
25 recursos federais e contrapartida dos Municípios. Os orçamentos apresentados pela assessora da AMMVI  
26 são da empresa Flora Tecnologia e Consultoria Ambiental e da Escola de Gestão Pública Municipal  
27 (Egem). O primeiro apresenta proposta de inclusão de Brusque na elaboração do Plano Intermunicipal de  
28 Resíduos Sólidos, no valor de R\$ 163.752,81 (cento e sessenta e três mil, setecentos e cinquenta e dois  
29 reais, oitenta e um centavos), prazo de execução de treze meses e validade da proposta até vinte e seis de  
30 outubro. Já o segundo, o valor é de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), execução de doze  
31 meses e validade até dezesseis de novembro. Segundo a senhorita Fabiana, em princípio as propostas são  
32 semelhantes tecnicamente, o que se explica pelo envio do termo de referência. O secretário executivo da  
33 AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, disse que as propostas para a inclusão de um Município no Plano  
34 são significativamente superiores ao valor licitado pelo Cimvi e questionou os prefeitos qual a  
35 deliberação a ser tomada. O presidente da AMMVI sugeriu que o assunto seja discutido com o prefeito de  
36 Brusque, senhor Paulo Roberto Eccel, em uma próxima reunião da Diretoria Executiva da entidade. Em  
37 continuidade, a senhorita Fabiana informou aos prefeitos que na primeira semana de novembro a AMMVI  
38 receberá a visita de uma delegação alemã composta por aproximadamente quinze pessoas, dentre elas  
39 empresários e lideranças políticas, que passarão por Santa Catarina e pelo Médio Vale do Itajaí visando  
40 buscar novas parcerias. Parte da comitiva tem interesse em firmar parcerias na área de resíduos sólidos  
41 urbanos e estará em Blumenau entre quatro e seis de novembro, cuja programação contempla reunião na  
42 AMMVI, na Associação Empresarial de Blumenau, nas prefeituras de Blumenau e Pomerode e na  
43 Câmara Brasil-Alemanha. Segundo a assessora, a iniciativa fortalece o processo de licenciamento e outros

1



## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

[www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

44 trâmites para a construção e instalação da usina de biogás na região. No dia cinco de novembro será  
45 realizado um workshop sobre desenvolvimento de modelos de taxas e tarifas socialmente sustentáveis na  
46 área de resíduos sólidos. A senhorita informou ainda que os técnicos alemães conseguiram recursos  
47 financeiros de banco de desenvolvimento alemão para elaboração de estudo de modelagem de cobrança  
48 para a área de resíduos sólidos. Neste trabalho, será enviada uma técnica alemã para a Associação, que  
49 ficará alguns meses na região elaborando o estudo, além de técnicos municipais que também deverão  
50 cumprir agenda na Alemanha no próximo ano. Conforme o secretário executivo da AMMVI, o workshop  
51 programado para novembro será uma preparação para um evento de maior relevância a ser realizado em  
52 dois mil e quinze, em que a delegação alemã contemplará autoridades políticas equivalentes, no Brasil, a  
53 prefeito, secretário regional, governador e ministro. A intenção dessa visita à região é a instituição de  
54 novas parcerias e convênios internacionais entre AMMVI e organizações alemãs. A senhorita Fabiana  
55 informou ainda que está em andamento o projeto de desenvolvimento de cartilha na área de resíduos  
56 sólidos, que conta com a parceria da Agência Experimental do curso de Publicidade e Propaganda da  
57 Fundação Universidade Regional de Blumenau (Furb). A publicação será elaborada no primeiro semestre  
58 do próximo ano por meio dos alunos da universidade. O objetivo é que a cartilha possibilite o acesso das  
59 informações sobre reciclagem, com instruções sobre os procedimentos de descarte do material reciclável.  
60 A Agência deverá desenvolver layout e mascotes. Sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) de  
61 saneamento básico, a assessora informou que uma das prerrogativas é a capacitação dos gestores públicos  
62 na área. Para viabilizar o cumprimento deste item, a AMMVI fez orçamento de capacitação com uma  
63 professora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), cujo valor ficou em R\$ 15.000,00 (quinze  
64 mil reais) para curso de um dia. Além disso, foi contatado o Ministério das Cidades, que indicou a  
65 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes), cuja intermediação está sendo feita  
66 por técnico da Federação Catarinense de Municípios (Fecam). Segundo a senhorita Fabiana, há  
67 dificuldades de encontrar profissional qualificado para ministrar a capacitação. A iniciativa visa promover  
68 o aperfeiçoamento dos gestores municipais sobre a Política Nacional de Saneamento Básico e a aplicação  
69 prática de seus instrumentos, permitindo a funcionalidade e exequibilidade do Plano. A assessora  
70 informou ainda que outra exigência do TAC – capacitação na área de Vigilância Sanitária – está em  
71 andamento, além de que a minuta do Código Sanitário Municipal está em fase de finalização, cujo  
72 documento será também analisado pela Assessoria Jurídica da AMMVI. Já na parte das notificações das  
73 residências irregulares continua o impasse, pois a proposta de se fazer uma amostragem não resolve o  
74 problema, consoante explicação da assessora. O TAC determina que a fossa séptica e o filtro anaeróbico  
75 das residências estejam regulares, o que é necessário fiscalizar e, por isso, a amostragem não resolveria o  
76 problema. Conforme o secretário executivo, a dificuldade da fossa e filtro ocorre há anos, porque mesmo  
77 com a exigência de instalação, é necessário limpar o reservatório periodicamente e, por isso, na  
78 conferência é necessário solicitar o atestado que o sistema foi limpo. Na opinião do senhor Corrêa, é mais  
79 prudente desenvolver uma campanha publicitária informando a população da necessidade de limpeza, do  
80 que conferir em cada residência a manutenção da fossa e filtro. Para a senhorita Fabiana, a dificuldade é  
81 encontrar a melhor solução para resolver este impasse e poder cumprir com o TAC. Embora haja  
82 dificuldades, o presidente da AMMVI salientou que é necessário tomar uma decisão sobre a logística e  
83 iniciar o trabalho, pois é relevante mostrar ao MP/SC que ações foram tomadas e os Municípios estão em  
84 trabalho de cumprimento das diretrizes. Segundo o presidente, deve ser tomada uma decisão se os  
85 Municípios farão os trabalhos sozinhos ou a tarefa será de forma consorciada. Além disso, a assessora  
86 recomendou que a iniciativa de verificação das residências seja feita por prioridade de bairros e/ou

2



## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

[www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

87 regiões, conforme o Plano Municipal de Saneamento Básico, como também pode ser seguidos os índices  
88 de poluição e indicadores de qualidade da água. O prefeito Sergio Almir dos Santos frisou ainda que os  
89 Municípios devem ter o cadastro das construções nos últimos cinco anos e, a partir dele, é possível  
90 quantificar o número de domicílios com o sistema de fossa e filtro implantado. Complementando o  
91 assunto, o prefeito de Apiúna, senhor Nicanor Morro, disse que a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A  
92 (Celesc) alertou que não fará ligações de energia elétrica nos terrenos sem escritura, o que, segundo ele,  
93 pode prejudicar alguns municípios, como é o caso de Apiúna em que 70% são aquisições através de  
94 contrato. Conforme o prefeito de Indaial, este controle também vem sendo feito por algumas comarcas,  
95 que já enviaram comunicado aos prefeitos. Finalizando a exposição, a assessora avisou sobre a retomada  
96 das reuniões do Colegiado de Agricultura da AMMVI, que será secretariado pela senhorita Dominique  
97 Carinie Kulkys, auxiliar administrativo. Como deliberação, será agendada uma reunião com a promotoria  
98 de Blumenau para tratar das problemáticas aqui discutidas e posteriormente será repassado aos prefeitos.  
99 Em prosseguimento, passou-se para o terceiro assunto em pauta, movimento econômico, explanado pelo  
100 secretário executivo da AMMVI. Ele explicou que o economista da entidade, senhor Célio Francisco  
101 Simão, foi chamado para reunião na Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) para tratar sobre a abertura de  
102 informações relacionadas ao movimento econômico e valor adicionado a todos os municípios  
103 catarinenses, já que Joinville entrou com ação judicial solicitando o acesso aos dados e obteve resposta  
104 favorável. Continuando a reunião, o secretário executivo da AMMVI falou sobre a Lei de Acesso à  
105 Informação (LAI) e Lei da Transparência, convidando também para participar da pauta a senhorita  
106 Sabrina Furlani, assistente administrativo da AMMVI e coordenadora do Grupo de Trabalho de Controle  
107 Interno (GT/CI), que está discutindo as referidas leis. Neste ano, o grupo estudou as alterações da  
108 Instrução Normativa nº 14 do Tribunal de Contas de Santa Catarina (TCE/SC) e capacitou as entidades  
109 sobre as novas diretrizes. O senhor Corrêa explicou ainda que em março deste ano o MP enviou ao  
110 prefeito de Brusque um TAC da Transparência. Para solucionar a questão, a AMMVI realizou uma  
111 reunião com o Promotor de Justiça Daniel Westphal Taylor, da comarca de Brusque, para esclarecer  
112 algumas diretrizes e mostrar que a região já vem desenvolvendo trabalhos para a aplicação da lei federal.  
113 O promotor deu prazo até meados de agosto para a AMMVI apresentar os contrapontos e as justificativas,  
114 o que vem sendo feito pelo grupo de trabalho e colegiados. A Associação elaborou os argumentos de  
115 alguns pontos que, em princípio eram injustificáveis e inexequíveis. O assunto também foi levado ao  
116 conhecimento da Fecam, que envolveu o Centro de Apoio Operacional da Moralidade Administrativa  
117 (CMA), coordenado pelo Promotor de Justiça Davi do Espírito Santo, que desde então passou a  
118 acompanhar as discussões e convidou a AMMVI para explicar o caso. Conclusão deste empenho foi uma  
119 nova sugestão de TAC, com tamanho menor e aplicabilidade viável. Embora o novo documento seja uma  
120 sugestão, o CMA vai recomendar as comarcas para seguir a orientação estadual, o que há chance de ser  
121 acatado. O senhor Corrêa apresentou aos prefeitos os principais pontos e alertou que algumas diretrizes  
122 exigirão mudanças administrativas e estruturais nas prefeituras. Dentre as novas requisições está a  
123 necessidade de publicar informações nos portais municipais sobre: estrutura organizacional, repasses e  
124 transferências municipais às entidades sem fins lucrativos, despesas, orçamentos com anexos, salário dos  
125 servidores públicos e outras adaptações de recursos humanos, diárias concedidas e respectivos  
126 comprovantes, servidores inativos, servidores em cargo em comissão, servidores cedidos, estagiários,  
127 convênios, contratos, licitações e obras em andamento. Usando a palavra, a senhorita Sabrina ressaltou  
128 três pontos relevantes para o cumprimento do TAC: necessidade de regulação da Lei por meio de decreto,  
129 estruturação do controle interno das prefeituras e adequações administrativas para cumprimento da LAI



## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

[www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

130 para facilitar a publicação das informações. O senhor Corrêa falou brevemente sobre o Decreto nº  
131 7.724/2012, que regulamenta a LAI, como também alertou os prefeitos sobre a promulgação da Lei nº.  
132 13.019, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de  
133 recursos financeiros entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de  
134 mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; e define diretrizes para a  
135 política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil. O assunto é polêmico e de  
136 significativa relevância, por isso será tratado em outro momento com mais tempo, pois as entidades  
137 municipalistas estão reivindicando a mudança no prazo da entrada em vigor da lei. Neste espaço, o  
138 prefeito de Blumenau, senhor Napoleão Bernardes Neto, explanou sua preocupação quanto o repasse de  
139 recursos para organizações não governamentais, pois em Blumenau há um grande número de entidades  
140 que prestam relevantes serviços de interesse público. A dificuldade de repasse pode gerar problemas  
141 sociais, já que tais entidades colaboram para a manutenção de serviço essencial contínuo nas áreas da  
142 saúde, educação e assistência social. Em deliberação a este tópico, a AMMVI vai enviar ofício à  
143 Presidência da República solicitando prorrogação do prazo da entrada em vigor da lei. Em seguida, o  
144 senhor Corrêa falou da implantação do Novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (NPCASP) no  
145 próximo ano, que vai gerar mudanças no formato das contas e apresenta o Manual de Contabilidade  
146 Aplicada ao Setor Público (MCASP), que traz procedimentos contábeis, orçamentários, patrimoniais  
147 específicos do Plano. Segundo o secretário executivo, é imprescindível que os Municípios alterem os  
148 decretos que tinham este ano como prazo de implantação do novo Plano, como também verifiquem a  
149 integração dos sistemas de controle e cobrança, principalmente na área tributária. Outro ponto que exige  
150 atenção está relacionado às provisões, exigindo cuidados com os passivos. Além disso, é necessário o  
151 registro e a atualização dos bens da administração pública e de infraestrutura, calculando depreciações.  
152 Esta implementação de mudanças pode exigir complementação de estrutura física e de pessoal, pois serão  
153 acrescidas tarefas e competências. Dando continuidade à assembleia, o presidente da AMMVI falou  
154 brevemente sobre o Projeto Saúde Pública de Excelência que está sendo elaborado por um grupo de  
155 trabalho composto por prefeitos e secretários municipais de Saúde, com o objetivo de diagnosticar o  
156 cenário atual, implementar melhorias dos serviços e otimizar os recursos públicos. O presidente informou  
157 que a próxima reunião do grupo será no dia vinte e quatro de outubro. Em seguida, o prefeito de Indaial  
158 fez a leitura de ofício do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) regional de Santa  
159 Catarina recebido pela AMMVI, em que o superintendente, Vissilar Pretto, justificou ausência na  
160 assembleia da Associação em função de compromissos previamente agendados, colocando a sede do  
161 órgão à disposição para receber os prefeitos e tratar da duplicação da BR-470. O superintendente sugeriu  
162 os dias quatro ou onze de novembro, ao que os prefeitos deliberaram pelo dia quatro. O convite da  
163 reunião será enviado aos prefeitos, porém o presidente ressaltou que é relevante garantir a maior  
164 participação, principalmente os municípios que são diretamente afetados pela rodovia. O prefeito Morro  
165 sugeriu que seja reivindicado para priorizar a construção dos elevados, o que já vai facilitar os acessos.  
166 Segundo o prefeito de Indaial, é imprescindível que os prefeitos tenham informações atualizadas da  
167 duplicação, pois precisam dar respostas à comunidade. Passando para o encerramento da assembleia,  
168 falou-se em assuntos gerais sobre o reajuste do Piso Nacional do Magistério, abordado pelo secretário  
169 executivo da AMMVI. Segundo ele, o valor está em definição, mas deve ser em torno de 13,8%. As  
170 entidades municipalistas estão reivindicando mobilização da Confederação Nacional de Municípios  
171 (CNM) para elaborar estudos sobre a questão e apresentar o cenário ao Governo Federal e Congresso  
172 Nacional. O senhor Corrêa falou brevemente do consórcio público entre Apiúna, Ascurra e Rodeio que



## ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

[www.ammvi.org.br](http://www.ammvi.org.br)

173 está sendo criado para cumprimento do TAC na área de saúde mental, especificamente para implantação  
174 do Centro de Atenção Psicossocial (Caps). Em seguida, o presidente questionou sobre o mês da próxima  
175 assembleia, uma vez que a AMMVI já cumpriu os dispositivos estatutários da quantidade mínima de  
176 encontros por ano. Os prefeitos deliberaram que a próxima Assembleia Geral Ordinária da AMMVI  
177 poderá ser em dezembro, momento em que será realizada a eleição da nova Diretoria Executiva e do  
178 Conselho Fiscal da entidade. O prefeito Sergio Almir dos Santos perguntou ainda sobre o atendimento  
179 externo das prefeituras no horário de verão, ao que a maioria respondeu que não haverá alteração no  
180 horário, pois o custo/benefício não compensa as restrições causadas à população. Sinalizaram que não  
181 haverá mudança os municípios de Benedito Novo, Blumenau, Doutor Pedrinho; já Guabiruba e Rio dos  
182 Cedros devem sofrer alterações no expediente externo. O presidente sugeriu ainda que seja feito um  
183 estudo sobre o plano de cargos e salários dos Municípios do Médio Vale e que a AMMVI lidere a  
184 iniciativa. Antes de encerrar a reunião, o presidente passou a palavra ao prefeito Bernardes, que  
185 agradeceu a presença dos prefeitos, citou rapidamente os principais projetos desenvolvimentos por  
186 Blumenau na área desportiva e reconheceu o trabalho prestado pelas assessorias da Associação. Nada  
187 mais havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de  
188 todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será  
189 assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.

  
Sergio Almir dos Santos  
Presidente da AMMVI  
Prefeito de Indaial

  
José Rafael Corrêa  
Secretário Executivo da AMMVI

  
Michele Prada  
Assessora de Comunicação Social da AMMVI

190

5